



Sindicato dos Trabalhadores
de Arqueologia - STARQ

Número 7

Abril 2022

Pontos de Interesse especiais:

- Assembleia-Geral Ordinária do STARQ – 11 de Dezembro de 2021.
- Contributos para o Grupo de Trabalho Estratégia Nacional para Arqueologia.
- 1% para a Cultura: Cultura tem de viver!

Nesta edição:

- Presença do STARQ nas Jornadas de Arqueologia em Contexto de Obra, na Madeira/CEAM.
- Assembleia-Geral Ordinária do STARQ – 11 de Dezembro de 2021. 2
- A não execução dos PNTA previstos no Orçamento de Estado 2021.
- Balanço dos casos jurídicos.
- Artigo Al-madan: Boas e Más Práticas na Atividade Arqueológica. Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica. 3
- Convites e participações em entrevistas e estudos.
- Participação em acções e encontros sindicais.
- Sessão Falsos recibos verdes e as intenções de sessões futuras. 4
- Pela igualdade e contra a precariedade: o assédio e os contactos telefónicos.
- Contributos para o Grupo de Trabalho Estratégia Nacional para Arqueologia. 5
- As novas instalações do CNANS em Xabregas.
- 1% para a Cultura: Cultura tem de viver!
- Novos protocolos. 6
- Susana Correia (1955, Porto - 2021, Beja).

INTERFACE

BOLETIM INFORMATIVO

Editorial

O número 7 do Interface reflecte, uma vez mais, os tempos da Covid-19 e divulga as consequências desta pandemia no sector da Arqueologia já outrora fragilizado pela precariedade. Nunca ficando indiferente, o STARQ continuou e continua a desenvolver acções sindicais, lutando por melhores condições laborais e salariais. Só garantindo melhores condições de trabalho, quer do sector público como privado, será possível assegurar a defesa e a valorização do património cultural.

Desta forma, o papel do STARQ em prol da luta dos trabalhadores de Arqueologia contempla quer o apoio jurídico aos associados, quer a procura de protocolos nas mais diversas áreas, nomeadamente da saúde e cultura.

Em larga escala, o último semestre destacou-se pela tão esperada instalação do CNANS (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática) na sua sede definitiva, após anos de falta de condições de trabalho nas instalações provisórias no MARL (Mercado Abastecedor da Região de Lisboa). Esta conquista só foi possível através da luta incessante do STARQ conjunta com a AAP, ICOM, Forum Cidadania LX, arqueólogos, deputados e demais elementos.

Não obstante, apesar deste longo processo, ainda existe a falta de trabalhadores e meios técnicos no CNANS, transfigurando-se numa luta que ainda persiste.

Entre outras intervenções sindicais, neste semestre o STARQ reuniu-se novamente com o Manifesto em Defesa da Cultura participando na comemoração do 10º aniversário do movimento e integrando a acção de luta Outra Política | 1% para a Cultura | Cultura tem de viver que decorreu em frente à Assembleia da República.

Todas as iniciativas, lutas, acções e intervenções do STARQ são amplamente divulgadas no próprio site bem como nas redes sociais e estão disponíveis facilmente à distância de um clique. Contudo, o artigo Boas e Más Práticas na Actividade Arqueológica. Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica redigido e publicado na revista Al-Madan (on-line) merece especial referência na transmissão de uma das lutas na defesa dos trabalhadores de Arqueologia. Este artigo escrutina de forma mais aprofundada a precariedade laboral e respectiva

relação com o enquadramento legal e responsabilidade dos arqueólogos que desempenham a função de director científico.

Juntamente com esta análise aprofundada sobre a precariedade do sector, realizou-se uma sessão aberta sobre falsos recibos, via zoom, que contou com a presença da advogada do STARQ, Raquel Alves. Esta última iniciativa teve grande sucesso e adesão e, como tal, a direcção tem como intenção organizar outras sessões.

Finalmente, no âmbito da Semana da Igualdade, damos espaço para o texto da associada do STARQ Patrícia Monteiro. Trata-se de um testemunho sobre mais uma forma de assédio contra as mulheres trabalhadoras de Arqueologia, o uso abusivo do contacto telefónico.

Apesar de se destacarem as principais linhas de acção do sindicato neste editorial, sugerimos a leitura na íntegra do boletim informativo no qual se encontram redigidas, de forma mais abrangente, as diversas intervenções do STARQ no último semestre. RG





Presença do STARQ nas Jornadas de Arqueologia em Contexto de Obra, na Madeira/CEAM

O STARQ participou nas I Jornadas de Arqueologia em Contexto de Obra, realizadas no Funchal e em Machico nos dias 2 e 3 de dezembro com a comunicação “Os Arqueólogos no processo de obra, muitos deveres, poucos direitos e um longo caminho de conquistas a percorrer”. A iniciativa foi organizada pelo CEAM – Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea. Os participantes do encontro redigiram

e aprovaram o documento intitulado “Recomendações aprovadas nas I Jornadas de Arqueologia em Contexto de Obra”, enviado para a Assembleia Legislativa da Madeira, Governo Regional da Madeira e aos municípios madeirenses, e que reivindica a salvaguarda, o conhecimento, a valorização, a proteção e a divulgação do Património Arqueológico da Madeira. RB

Assembleia-Geral Ordinária do STARQ: 11 de Dezembro de 2021

Em 11 de Dezembro de 2021, reuniu a Assembleia-Geral Ordinária do STARQ destinada, conforme definido estatutariamente, à apresentação e discussão do plano de atividades e do orçamento previstos para o ano de 2022. Atendendo ao contexto pandémico, mais uma vez a Assembleia-Geral foi transmitida na plataforma Zoom, permitindo a participação remota dos sócios. Presencialmente, foram cumpridas as normas de higiene e segurança recomendadas pelas autoridades de saúde. A AG registou uma participação de 21 associados (4 presencialmente e 17 via zoom).

sidade de reforçar a intervenção do STARQ junto dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente universidades, com aulas ou outras sessões públicas, dirigidas aos estudantes de Arqueologia, com vista à sua melhor preparação para enfrentar os desafios da profissão. Foi também referida a celebração de protocolos entre o STARQ e diversos prestadores de serviços e outras instituições, ação vista como muito positiva pelos sócios. O plano de atividades e o orçamento para 2022 foram aprovados por unanimidade.

O Presidente da Direção, Regis Barbosa, procedeu à apresentação do plano de atividades para 2022 e o orçamento do mesmo ano foi apresentado pelo Tesoureiro, Miguel Rocha. Ambas as intervenções foram efetuadas com o apoio de uma apresentação powerpoint, para que a mensagem chegasse de forma adequada aos sócios, nomeadamente os que participaram remotamente. Na discussão dos documentos foram abordados vários temas da ação sindical prevista para o próximo ano, como seja a neces-

Seguiu-se o segundo ponto da ordem dos trabalhos, assuntos de interesse geral, tendo sido discutidos alguns aspetos muito problemáticos do trabalho em Arqueologia, nomeadamente a degradação dos salários em Arqueologia e os recibos verdes. Foi também reafirmada a prioridade da promoção da negociação coletiva de trabalho e dos contactos com os órgãos de soberania e partidos políticos sobre as condições de trabalho em Arqueologia e a necessidade da sua melhoria. LG & JB

A não execução dos PNTA previstos no Orçamento de Estado 2021

O STARQ considera que os PNTA são um dos principais instrumentos de gestão pública do sector do Património Cultural, permitindo aos investigadores em Arqueologia desenvolver investigações mais aprofundadas sobre temas, sítios arqueológicos, regiões ou materiais, que não teriam lugar no âmbito da arqueologia comercial. Note-se que desde 2005 que não foi promovido qualquer apoio financeiro específico à investigação em Arqueologia.

acessível a PIPA previamente avaliados e aprovados (num sistema de avaliação que não é dirigido ao financiamento). Logo, não ofereceu acesso universal, não garantiu justiça e igualdade, nem assegurou o financiamento junto de todas as vertentes da investigação arqueológica.

Depois de vários anos a exigência do STARQ sobre a necessidade de reactivar os Planos Nacionais de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) foi finalmente consagrada no Orçamento de Estado (OE) de 2021 com a atribuição de 200.000 € e a inclusão do PNTA como elemento de uma futura estratégia nacional para a arqueologia.

Na sequência deste apoio o STARQ enviou um ofício à Ministra da Cultura, Secretária de Estado da Cultura e direcção da DGPC em que referiu que o Ministério da Cultura/DGPC deverão definir (com a participação da comunidade arqueológica e suas estruturas representativas) um modelo regulado e estável de financiamento à atividade arqueológica programada e plurianual de investigação. Esse modelo deverá ser expresso em regulamento atempadamente elaborado e publicado e deverá contemplar a realização de concursos anuais, públicos, com regras claras e escrutináveis, com vista à atribuição de financiamento plurianual a projectos de investigação, em função do seu mérito científico, mas também patrimonial, cultural e social. LC

Apesar destes desenvolvimentos não foi atempadamente definido um regulamento/modelo para a atribuição desse apoio financeiro o que criou uma situação em que o valor alocado em OE seria perdido se não fosse executado. Assim, como medida de recurso, foi decidido criar um procedimento extraordinário, somente

"Depois de vários anos a exigência do STARQ sobre a necessidade de reactivar os Planos Nacionais de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) foi finalmente consagrada no Orçamento de Estado (OE) de 2021 com a atribuição de 200.00€ [...]"



Balanço dos casos jurídicos

No segundo semestre de 2021 foi dado seguimento ao apoio jurídico para os associados do STARQ. Aos trabalhadores do setor foi possível tanto o esclarecimento das suas dúvidas e problemas laborais como a defesa efetiva, seja numa fase prévia de acordo, seja através da própria representação em tribunal. Foram respondidos, aconselhados e defendidos dezenas de associados nas mais diversas matérias

relacionadas com a sua actividade profissional. São exemplos de áreas de ação: cobranças de dívidas, defesa dos direitos dos trabalhadores enquanto diretores científicos, denúncias de falsos recibos verdes, dúvidas relativas aos subsídios atribuídos pela Segurança Social, mobilidades entre diferentes serviços na Função Pública, progressão na carreira, SIADAP, Bolsas da FCT, entre outros. RB

Artigo Al-Madan: Boas e Más Práticas na Atividade Arqueológica. Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica

A publicação de artigos, acerca de estudos efetuados ou de opinião, preferencialmente em publicações de acesso digital e gratuito, é uma das linhas de ação que no STARQ se considera fundamental.

No passado mês de julho de 2021, no #24 (tomo 2) da Revista Al-Madan (online), parte dos membros da direção do STARQ publicaram mais um artigo dedicado ao tema da arqueologia e as condições da profissão.* Sob o título "Boas e Más Práticas na Atividade Arqueológica. Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica", tem por foco principal a prática (recorrente) da 'cedência', por parte dos arqueólogos e em benefício das instituições que os contratam, da senha pública e das credenciais de acesso ao Portal do Arqueólogo. É através deste portal que a Direção-Geral do Património Cultural gere pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos e outras vertentes da Arqueologia portuguesa, focando-se o artigo publicado nas causas e motivações para tais (más) práticas serem comuns, nomeadamente a precariedade e a desvalorização da direção científica. Destaca-se também o enquadramento penal que, eventualmente, tais práticas acarretam e determinam, sugerindo estratégias concretas de ação para combater esta prática e apontando melhorias a implementar no referido Portal.

Não obstante o convite à leitura do artigo na íntegra e, se assim entenderes, colocares questões acerca do mesmo ao STARQ e seus autores, destacamos alguns dos seus pontos fundamentais:

Após cada utilização da senha pública deves, para tua salvaguarda, efetuar a sua alteração,

para que esta não possa ser utilizada em outros PATA sem o teu conhecimento.

Se, por algum motivo, facultaste as tuas credenciais de acesso ao Portal do Arqueólogo a terceiros, deves proceder à alteração da password de forma a que esta apenas possa ser utilizada por ti.

É frequente a (má) prática de pedidos e utilização do login dos arqueólogos por parte das empresas de arqueologia de forma a serem estas a efetuar a submissão dos PATA. Tais condutas podem enquadrar-se na prática de assédio moral e económico no trabalho. Se verificaste que algum PATA, em direção/co-direção, foi efetuado em teu nome e sem o teu conhecimento e/ou consentimento, deves comunicar o sucedido às entidades competentes e tutelares (DGPC/DRC) de forma a repor a verdade, desassociando o teu nome de direções científicas que nunca assumiste. Em caso de dúvidas ou necessidade de auxílio neste processo podes sempre contactar o STARQ. MC

*CORREIA, Mauro, BUGALHÃO, Jacinta, CARVALHO, Liliana Matias de, GONZAGA, Raquel, ROCHA, Miguel, VILARINHO, Gil e BARBOSA, Regis (2021) Boas e Más Práticas na Atividade Arqueológica: Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica, Al-Madan online #24 (tomo 2) Julho 2021, Centro de Arqueologia de Almada, p.81-87

Em linha: [http://www.almadan.publ.pt/%C3%9Altimo%20\(geral%20duplo\).htm](http://www.almadan.publ.pt/%C3%9Altimo%20(geral%20duplo).htm)

Convites e participações em entrevistas e estudos

O presidente da direção do sindicato foi entrevistado em representação do STARQ pela investigadora Cláudia Lomba para a sua tese, intitulada "Vozes Coletivas das Artes e da Cultura", defendida no ISCTE. A tese estudou associações e sindicatos das várias áreas da Cultura, com enfoque sobre as características de cada um dos setores e as ações que realizam.

O STARQ também foi entrevistado pela investigadora Joana Marques (A3S/CIES-ISCTE) no âmbito do projeto Collectitude, sobre questões

relacionadas à precariedade no trabalho e às formas de organização coletiva dos trabalhadores, com foco no setor artístico e na construção civil. RB

Boas e Más Práticas na Atividade Arqueológica

Portal do Arqueólogo, precariedade e responsabilidade legal e científica

Mauro Correia*, Jacinta Bugalhão*, Liliana Matias Carvalho**, Raquel Rocha*, Miguel Vilarinho*, Gil Vilarinho* e Regis Barbosa*

"Após cada utilização da senha pública deves, para tua salvaguarda, efetuar a sua alteração, para que esta não possa ser utilizada em outros PATA sem o teu conhecimento. Se, por algum motivo, facultaste as tuas credenciais de acesso ao Portal do Arqueólogo a terceiros, deves proceder à alteração da password de forma a que esta apenas possa ser utilizada por ti."



Participação em ações e encontros sindicais

O STARQ esteve presente em diversas ações em conjunto com outros sindicatos da CGTP-IN e associações do setor da Cultura. Destacamos a participação do STARQ na manifestação organizada pela CGTP-IN na Avenida da Liberdade, em Lisboa, no dia 20 de novembro. Reivindicamos o aumento geral dos salários e a erradicação da precariedade. No dia 3 de novembro, o STARQ organizou, conjuntamente com o CENA-STE, Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas

e Sociais e o Manifesto em Defesa da Cultura, a manifestação “Cultura Tem de Viver”, realizada junto à Assembleia da República, em Lisboa. Nesta ação denunciámos a falta de investimento no setor da Cultura, em particular no Património Arqueológico. Além disto, entrevistámos no encontro sindical da CGTP-IN, realizado na Aula Magna, em Lisboa, no dia 7 de outubro, referindo os problemas do nosso setor e a ação do sindicato. RB

Sessão Falsos recibos verdes e as intenções de sessões futuras

O STARQ organizou no dia 4 de Novembro de 2021 uma sessão online, aberta a todos os trabalhadores de arqueologia, sobre Falsos Recibos Verdes, que incluiu uma exposição da advogada do STARQ, Raquel Alves (Kausa Advogados). Esta sessão faz parte de uma iniciativa do STARQ, alargada a todos os trabalhadores de Arqueologia, que contará com mais duas sessões: 1) Contratação Colectiva em Arqueologia; 2) âmbito de actuação, legislação, direitos e deveres dos sindicatos e seus associados.

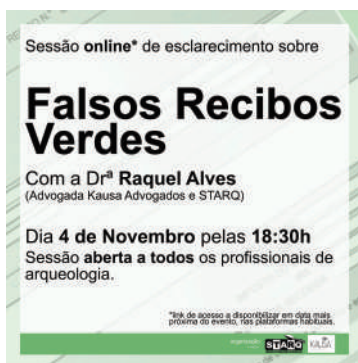
Estas iniciativas têm por objectivo trocar ideias sobre as condições e regime de trabalho em Arqueologia, bem como informar, discutir e ouvir os trabalhadores sobre as suas situações, preocupações e sugestões.

A necessidade de trabalho obriga à necessidade de trabalhadores, mas a realidade profissional da Arqueologia vive apegada ao uso de “prestações de serviços”, na sua maioria, em exclusivo para a mesma empresa, atingindo âmbitos temporais

largos, de 4, 5 e mais anos de ligação. Em consequência, a vida dos trabalhadores assenta em pressupostos frágeis, sem protecção legal e social válida desse nome, impedidos de realizar créditos, constituir família e lutar de forma digna e justa pelos seus projectos de vida.

O combate à precariedade laboral é imperativo. Cerca de 70% dos arqueólogos que trabalham em Arqueologia Preventiva têm vínculos precários, encontrando-se grande parte a falsos Recibos Verdes. Num sector caracterizado pela instabilidade e insegurança laborais, destacam-se ainda os baixos salários. É frequente profissionais com licenciatura e/ou mestrado auferirem valores líquidos mensais iguais, ou até menores, ao Salário Mínimo Nacional.

A consciencialização do sector é a base para se conseguir enfrentar a precariedade e os baixos salários, assente em passos para exigir a realização de Acordos Colectivos. MR



Pela igualdade e contra a precariedade: o assédio e os contactos telefónicos

Há uma questão laboral em arqueologia, fruto da precariedade, que coloca as mulheres numa posição de especial vulnerabilidade numa sociedade patriarcal e machista, sobre a qual devemos agir. O contacto telefónico é, em muitas obras, um veículo de comunicação muito importante entre os vários intervenientes, sobretudo em obras de grandes dimensões, que envolvem acompanhamento arqueológico de várias frentes. A gestão das frentes de obra a operar é muitas vezes realizada por contacto entre o arqueólogo, o técnico, o encarregado da obra, manobreadores e trabalhadores. Portanto, a partilha de contactos telefónicos é essencial para uma boa comunicação e gestão dos trabalhos. A precariedade laboral latente, baseada na contratação a recibos verdes, resulta nos arqueólogos utilizarem os seus próprios meios, incluindo o seu telemóvel e número pessoal, como meio de contacto para realizar os trabalhos. O número de telemóvel pessoal passa a ser transmitido a vários intervenientes por motivos profissionais. Conheço uma colega que foi importunada durante anos por um trabalhador, que além de a fotografar sem autorização enquanto ela trabalhava, fez uso do seu contacto obtido pelos motivos laborais, para lhe

ligar com abordagens pessoais não solicitadas nem consentidas, fora de horário de trabalho, repetidamente e através de vários números diferentes, bloqueio após bloqueio. A colega fez queixa às entidades competentes na obra e o trabalhador foi dispensado. Não obstante, este continuou a entrar em contacto com a arqueóloga em questão, mesmo depois de ter saído da obra. A esta história, posso acrescentar tantas outras semelhantes. As trabalhadoras em arqueologia são vítimas da precariedade ao verem-se obrigadas a usar o seu número pessoal no trabalho, mas também são vítimas de assédio resultado do machismo e da sociedade patriarcal que leva os homens a acharem-se no direito de usarem uma informação obtida em contexto laboral como meio de aproximação não consentida. PM



Contributos para o Grupo de Trabalho Estratégia Nacional para Arqueologia

Foi criado em Outubro de 2020, por Despacho conjunto dos Gabinetes da Ministra da Cultura e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Grupo de Trabalho “Estratégia Nacional para a Arqueologia”. Na sua génese está a definição de uma estratégia para a arqueologia portuguesa, problemática sustentada na análise de quatro temas fundamentais: “A gestão de Espólios Arqueológicos; o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos; a Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento e o impacto da agricultura intensiva e das acções de arborização e /ou re-arborização sobre o Património Arqueológico”.

Sem prejuízo da consideração de que a constituição deste grupo, no fundamental de funcionários da DGPC, com clara sub-representação do sector, o STARQ não deixou de dar o seu contributo, quando auscultado.

Desde a sua criação, em 2012, o STARQ tem vindo a apresentar, junto do Ministério da Cultura, as suas propostas para o sector, fundamentadas numa avaliação quotidiana e contributo da

realidade laboral e institucional dos seus associados.

Tendo a nossa resposta propostas concretas para cada uma das temáticas definidas pelo “Grupo de Trabalho”, consideramos transversal a reversão, com acções a curto prazo, das deficientes condições laborais que desprestigiam uma grande fatia dos profissionais de arqueologia, em consequência a operacionalidade do próprio sector.

Em cada trabalhador de arqueologia existe um agente da salvaguarda e valorização do património arqueológico, aos dias de hoje, quase sempre emanado de uma ligação orgânica e voluntariosa deste mesmo património. Contamos, pois, que na estratégia definida por este Grupo de Trabalho, constem linhas de acção que façam corresponder a cada um destes agentes, um posto de trabalho digno da sua vital importância na construção de uma sociedade moderna, consonante com a valorização do seu património. PP

As novas instalações do CNANS em Xabregas

O Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) está (desde Agosto de 2021), finalmente, instalado na sua sede definitiva, em Xabregas, Lisboa. Trata-se de uma excelente notícia para a Arqueologia portuguesa e o STARQ congratula-se com ela. Apesar do Ministério da Cultura e da DGPC terem festejado este acontecimento como um feito seu, esta é, em primeiro lugar, uma conquista da comunidade arqueológica portuguesa, que bravamente lutou por ela, quase sempre contra quem hoje pretende recolher os louros.

Entre 2010 e 2016, o CNANS esteve instalado provisoriamente no MARL – Mercado Abastecedor da Região De Lisboa, SA., sem que a DGPC desenvolvesse qualquer iniciativa com vista à sua instalação condigna, apesar dos constantes alertas das Associações do sector e do Parlamento. Em finais de 2016, o contrato de arrendamento foi denunciado e em meados de 2017, foram iniciadas obras no local sem garantir a proteção do valioso Património Cultural Náutico e Subaquático aí guardado.

Só sob enorme pressão do STARQ e também da AAP, ICOM, Forum Cidadania Lx, STFPSSRA, investigadores, académicos e arqueólogos, deputados, Grupos e Comissão Parlamentar, Procuradoria-Geral da República, Autoridade para as Condições do Trabalho e meios de comunicação social, a DGPC e o MC deram início ao processo de reinstalação do CNANS, sendo que as obras só começaram efetivamente quase um ano depois (Maio de 2018). A obra prevista para seis meses, prolongou-se por 39; custou quase o dobro do valor adjudicado; a inauguração foi anunciada e adiada sete vezes...

É certo que o CNANS está reinstalado, mas com muitos problemas que poderiam ter sido evitados

se os técnicos tivessem sido ouvidos. A área do projeto foi subdimensionada e não respeitou o programa funcional definido pelos técnicos; não há espaço para receber espólio já recolhido ou que vai ser recuperado em obras em curso; faltam infraestruturas essenciais, para enchimento de garrafas de mergulho, lavagem de equipamentos, realização de trabalho arqueográfico, manuseamento de peças de grandes dimensões; não há espaço para o parqueamento das embarcações.

Mas os problemas vão para além das instalações. O CNANS tem uma equipa permanente de três arqueólogos, um conservador-restaurador e uma assistente técnica, o que é claramente insuficiente! O reforço de trabalhadores decorre de financiamento externo e é “a prazo” (no máximo até início de 2024), o que é inaceitável, pois as funções do Estado têm de ser asseguradas por contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. O CNANS continua a ser uma estrutura informal, impondo-se a criação de uma unidade orgânica autónoma. E falta, principalmente, uma estratégia nacional para a Arqueologia Náutica e Subaquática, para a sua gestão, salvaguarda, investigação, conservação e valorização e para a resolução dos problemas dos profissionais do sector.

O STARQ continuará a lutar para que o CNANS tenha muito mais que novas instalações; para que o CNANS tenha, de facto, futuro! JB



“Só sob enorme pressão do STARQ e também da AAP, ICOM, Forum Cidadania Lx, STFPSSRA, investigadores, académicos e arqueólogos, deputados, Grupos e Comissão Parlamentar, Procuradoria-Geral da República, Autoridade para as Condições do Trabalho e meios de comunicação social, a DGPC e o MC deram início ao processo de reinstalação do CNANS [...]”

Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia

STARQ - Rua Jardim do Tabaco, N.º 90,
2.º Dto. 1100-288 Lisboa

913 362 097

starq.arqueologia@gmail.com

www.starq.info

www.facebook.com/starqueologia



UNIDOS TEREMOS MAIS FORÇA!

Protocolos do STARQ:

- **Cultura** | Livraria A das Artes, Companhia de Teatro de Almada, Livraria Alfarrabista Varadero e Fundação José Saramago.
- **Lazer e Bem-Estar** | INATEL, Zenit Hoteles e Axis Hotéis.
- **Saúde** | MyPharmaSpot, Centro Quiroprático de Portugal, Gabinete de Fisioterapia Ana Ramada, Farmácia Andrade, Óculos para Todos, Óptica 2004, Fábrica dos Óculos e MindFirst.
- **Através da filiação na CGTP os associados do STARQ também beneficiam dos protocolos da Intersindical Nacional.**

Para informação detalhada consultar:
<https://starq.info/associados/protocolos/>



Ficha Técnica:

- **Propriedade** | STARQ
- **Editor** | Cézer Santos
- **Revisão** | Regis Barbosa, Miguel Rocha, Cézer Santos, José Carlos Henrique, Jacinta Bugalhão, Sara Brito e Liliana Matias Carvalho.
- **Textos** | Raquel Gonzaga, Regis Barbosa, Luís Gil, Jacinta Bugalhão, Liliana Matias Carvalho, Mauro Correia, Miguel Rocha, Patrícia Monteiro, Pedro Peça e Sara Brito

1% para a Cultura: Cultura tem de viver!

No seguimento da articulação que o STARQ tem mantido, praticamente desde a sua formação, com o Manifesto em Defesa da Cultura, participámos em duas acções organizadas pelo movimento: Outra Política | 1% para a Cultura| Cultura tem de viver e na comemoração do seu 10º aniversário.

A acção Outra Política | 1% para a Cultura| Cultura tem de viver teve lugar no dia 3 de novembro de 2021, em frente à Assembleia da República. Inicialmente foi marcada para contestar o Orçamento de Estado apresentado pelo Governo para 2022, no qual, uma vez mais, o orçamento apresentado para a Cultura ficava muito aquém do 1%, patamar mínimo reivindicado pelo movimento Manifesto em Defesa da Cultura desde a sua fundação, em 2012. Apesar do chumbo do OE 2022, que atribuía apenas 0,25% para a Cultura, a iniciativa manteve-se num protesto

contra o persistente e contínuo empobrecimento do sector. A mobilização foi contra a continuidade de uma política de décadas que veda a democratização da Cultura.

No dia 8 de Dezembro o movimento Manifesto em Defesa da Cultura comemorou os seus 10 anos de luta, na Padaria do Povo, em Lisboa. O STARQ esteve presente não só para celebrar, mas também para partilhar experiências e impressões sobre os diversos sectores e as inúmeras profissões, que compõem a Cultura. Estivemos lá para ouvir, mas também para falar sobre Arqueologia e Património, sobretudo sobre os tantos problemas que afectam as trabalhadoras e trabalhadores desta área. Porque, tal como o movimento grita tantas, e necessárias vezes, na rua e nós acompanhamos: a Cultura tem de viver! SB

Novos protocolos

No decorrer do último semestre o STARQ assinou sete novos protocolos dos quais os seus associados podem beneficiar. Continuamos a investir no acesso à Cultura, seja Teatro ou espectáculos na Companhia Municipal de Almada, como compra de livros nas livrarias Varadero (Porto e online) ou A das Artes (Sines e online). Dois novos protocolos foram estabelecidos com vista a proporcionar aos associados melhores condições em alojamentos: Pedras del Rey e Rainha (Tavira) e Axis Hoteles (Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ofir, Póvoa do Varzim, Porto e Braga). Também continuou-se a investir em protocolos na área da saúde, nomeadamente com farmácias (MyPharmaSpot, online) e serviços de bem-estar (Centro Quiroprático de Portugal, Lisboa, Portimão

e Albufeira). Nos próximos meses esperamos firmar novos acordos com veterinários, clínicas dentárias, seguradoras e mecânica automóvel. Mais uma vez apelamos a que nos sugiram entidades que julgam ser interessantes para protocolar. Todos os protocolos activos podem ser consultados no site do STARQ. LC

Susana Correia (1955, Porto - 2021, Beja)

Susana Correia, arqueóloga. Licenciada e Mestre em Arqueologia no Porto. Passou pelo Campo Arqueológico de Braga. Ajudou a criar o primeiro organismo de tutela do património cultural da Democracia, o IPPC, em Lisboa e principalmente no Alentejo. Trabalhou sempre por uma Arqueologia Pública; até mesmo por uma Arqueologia do Povo. Trabalhou no campo – nomeadamente no Cabeço da Azurria, em Cuba -, e na cidade – destacadamente, na Rua do Sembrano, em Beja. Passou pelo grande lago, antes de este o ser, o Alqueva.

Susana Correia, cidadã militante. Durante toda a sua vida nunca separou o Património do bem comum. Ser arqueóloga, foi sempre ser cidadã, sempre ser militante. Em cada sítio arqueológico, descobriu sempre muitas causas sociais e políticas, pelas quais valia a pena intervir, lutar e viver.

Susana Correia, professora. Como tantos da sua geração passou pelo ensino; foi professora “destacada” para a Arqueologia. Mas era mestre, mentora, guia, amiga de tantos, tantos, tantos jovens arqueólogos. Alguns ainda são jovens. Muitos, pelo contrário. Mas todos mantiveram com ela aquela relação solidamente fundada na amizade, cumplicidade, preocupação e interesse genuínos, apoio permanente. Era tão bom fazer parte da sua rede solidária.

Susana Correia, amiga. O seu estado natural era a sorrir e, frequentemente a rir. A vida merecia ser vivida e festejada, sempre. Foi amiga do STARQ também.

Até sempre, Susana! JB

Link: (1113) [Intervenção Susana Correia "Trabalho em Arqueologia - entre o 25 de abril e a atualidade" 30/03/19 - YouTube](#) – Intervenção de Susana Correia na Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a atualidade”, no 7.º Aniversário do STARQ, a 30 de Março de 2019, Museu Nacional de Arqueologia

